

**Representações de infâncias marajoaras em “Chove nos Campos de Cachoeira”, de
Dalcídio Jurandir¹**

**Representations of Marajoara childhoods in “Chove nos Campos de Cachoeira”, by
Dalcídio Jurandir**

**Representaciones de infancias marajoaras en “Chove nos Campos de Cachoeira”, de
Dalcídio Jurandir**

Lorennna Bolsanello de Carvalho²

Resumo: O presente ensaio analisa representações de infâncias marajoaras no romance inaugural de Dalcídio Jurandir, intitulado *Chove nos Campos de Cachoeira*. Esta pesquisa se inscreve na área de História da Educação, sob o enfoque dos estudos da infância e dos impressos. Com este trabalho, buscamos não apenas contribuir para o debate sobre a pertinência da Literatura como fonte histórica, mas também trazer à cena infâncias amazônicas pouco visibilizadas. Apesar de sua relevância estética e social, a obra de Dalcídio Jurandir ainda é pouco divulgada no âmbito da Literatura Nacional, sendo necessário um resgate memorialístico do conjunto de romances do autor, terreno fértil para pesquisas acadêmicas interdisciplinares.

Palavras-chave: Infâncias; Impressos; Dalcídio Jurandir.

Abstract: This essay analyzes representations of marajoara childhoods in Dalcidio Jurandir's inaugural novel, entitled *Chove nos Campos de Cachoeira*. This research is part of the History of Education area, focusing on childhood and printed materials studies. This work aims at contributing to the debate on the understanding of Literature as a historical source, as well as bringing to light the Amazonian childhoods, which are far too often left aside. Despite its aesthetic and social relevance, the work of Dalcídio Jurandir is little publicized in the field of National Literature. Therefore, it is necessary that the author's novels are considered and remembered, as they can be a fertile ground for interdisciplinary academic research.

Keywords: Childhoods; Printed Materials; Dalcídio Jurandir.

Resumen: Este ensayo analiza las representaciones de la infancia marajoara en la novela inaugural de Dalcídio Jurandir, titulada *Chove nos Campos de Cachoeira*. Esta investigación se enmarca en el área de la Historia de la Educación, centrándose en los estudios de la infancia y de los impresos. Con este trabajo buscamos no solo contribuir al debate sobre la pertinencia de la literatura como fuente histórica, sino también traer a la luz las infancias amazónicas poco visibles. A pesar de su relevancia estética y social, la obra de Dalcídio Jurandir aún es poco divulgada en el campo de la Literatura Nacional, requiriendo un rescate memorialístico de las novelas del autor, terreno fértil para investigaciones académicas interdisciplinarias.

Palabras clave: Infancias; Impresos; Dalcídio Jurandir.

¹ Este artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ, com financiamento do Conselho Nacional de Financiamento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Introdução

Este texto analisa representações de infâncias marajoaras no romance *Chove nos Campos de Cachoeira*, do autor paraense Dalcídio Jurandir. Inscrita na perspectiva histórica, a pesquisa utiliza um romance como fonte principal e tem como recorte temporal o período de 1909 a 1941, ano de nascimento do autor e ano de publicação da primeira edição da obra estudada, respectivamente.

O objetivo geral deste ensaio é destacar particularidades e complexidades sociais de infâncias em uma área rural do Pará no início do século XX. Além disso, são objetivos específicos: contribuir para pesquisas que utilizem a literatura como fonte histórica; fomentar debates sobre a escrita dalcidiana no âmbito da História da Educação; abordar concepções de infância a partir de uma perspectiva interseccional, levando em consideração relações de poder no interior de redes de sociabilidades em que se inserem crianças; e analisar dispositivos textuais utilizados para a construção de um protagonista infantil marajoara.

Para o alcance desses objetivos, o desenvolvimento do texto está dividido em três seções, a saber: (i) Literatura como fonte histórica; (ii) campos dalcidianos: produção e recepção da obra; (iii) Marajó e as representações de suas múltiplas infâncias, seguidas de considerações finais.

Literatura como fonte histórica

A história da infância traz à cena pesquisas acerca de novos sujeitos históricos e a consequente necessidade de ampliação de fontes analisadas para abranger a multiplicidade de vivências e sua diversidade social e cultural. Muitas são as possibilidades de experiências infantis, frequentemente atravessadas por fatores interseccionais de gênero, raça e classe, por exemplo. Nesse contexto, a Literatura se revelou uma possibilidade rica e potente de pesquisa. Segundo Galvão:

Ao lado da ampliação do campo do Historiador, a Nova História alargou, também, o tipo e o uso das fontes. A dilatação do campo do historiador, e da vida cotidiana leva, necessariamente, à busca de novos tipos de fontes, capazes de revelar aspectos das sociedades passadas pouco explorados nos documentos oficiais escritos [...].

Estudos históricos que têm tomado a literatura como fonte têm demonstrado o potencial desse tipo de documento para a revelação de aspectos em geral negligenciados e pouco perceptíveis em pesquisas baseadas unicamente em documentos oficiais (GALVÃO, 1996, p. 102).

No entanto, a utilização da Literatura como fonte histórica requer o conhecimento e o respeito às especificidades desse texto, principalmente no que se refere ao seu caráter simbólico. A originalidade de produções literárias traz consigo a construção de um universo ficcional que não se pretende o espelho de uma realidade, mas frequentemente se aporta na construção de uma coerência interna ao texto, assegurando a verossimilhança. Além disso, para que a recepção do texto se efetive, elementos culturais e simbólicos pautados em experiências sociais e históricas precisam ser partilhados entre leitor e autor.

No caso da produção literária, os signos constituem-se como representações. A literatura, entendida como prática simbólica, configura-se como a formulação de uma outra realidade que, embora tenha como referente constante o real no qual autor e leitor se inserem, guarda com a realidade uma relação não de transparência, mas de opacidade própria da reconstrução. O conceito de representação significa considerar que o autor não reproduz o real, mas o reconstrói, tendo como matéria-prima os signos. No momento de produção do texto, traz para a escrita sua compreensão do real, bem como o projeto de realidade pretendida. Ele representa, portanto, a realidade, tendo a linguagem literária como signo (GOUVÉA; FARIA FILHO; ZICA, 2007, p. 44).

Para este estudo, o conceito de representação será fundamental, uma vez que o texto literário analisado não trará registros factuais de experiências infantis, mas narrativas e descrições de comportamentos constituintes de um universo ficcional e memorialístico. Segundo Gouvêa, Faria Filho e Zica (2007, p. 45): “nessa direção, analisar as representações significa atentar para dispositivos textuais que dão sentido à realidade construída e expressa na obra literária, buscando apreender o universo sociocultural retratado pelo autor”. Nesta perspectiva analítica, serão estudados dispositivos textuais utilizados para a construção de um personagem infantil marajoara como protagonista de um romance produzido para o público adulto.

Segundo Pantoja (2019, p. 11), “[Dalcídio] denunciava com seu talento aquilo que vira de perto, como homem pobre e conhecedor das mazelas sociais amazônicas”. O autor nasceu em 10 de janeiro de 1909, na Vila de Ponta de Pedras, na Ilha do Marajó, e mudou-se um ano depois para a Vila de Cachoeira do Arari, situada na mesma ilha. Vivenciando uma infância marajoara, presenciou a complexidade do sofrimento do sujeito amazônico, frequentemente marginalizado. Ao conjunto de dez romances que retratam a História da Amazônia a partir da narrativa da vida de sujeitos comuns do Marajó e da capital, a crítica literária denominou Ciclo do Extremo Norte, formado pelos títulos: *Chove nos Campos de Cachoeira, Marajó,*

Três Casas e um Rio, Belém do Grão Pará, Passagem dos Inocentes, Primeira Manhã, Ponte do Galo, Chão dos Lobos, Os Habitantes e Ribanceira. Linha do Parque é um romance dalcidiano que não faz parte desse ciclo, tendo espaço, enredo e personagens diversos.

É importante destacar que o período histórico (1909-1941) utilizado como recorte para esta pesquisa abrange momento final de crescimento econômico do Ciclo da Borracha na Amazônia, seguido por seu colapso, segundo datação indicada por Santos:

Já antes do colapso de 1911-1914 a economia local experimentava crises notáveis, acarretadas por quedas sensíveis de preços a médio prazo. A primeira década do século é bastante ilustrativa a este respeito. Os anos 1900-1902 representam um golpe quase mortal na economia amazônica, porque neles se combinaram os efeitos da depressão mundial com os da valorização externa da moeda nacional e os da chamada “crise dos bancos” brasileira. Em 1905, nova pressão sobre as cotações tem início: agrava-se com a recessão de 1907 e só começa a aliviar-se em 1909. Em 1910, quando o esgotamento dos estoques de borracha no mundo e a ação altista dos especuladores se articulam, os preços explodem, atingindo alturas sem precedentes e anormais. *Foi o sinal histórico da iminência do colapso* (SANTOS, 1980, p. 224-225, grifos nossos).

Segundo Santos (1980), a atividade extrativista gomífera concentrou os fatores de produção econômica na região amazônica, uma vez que mão-de-obra e capital externo estavam mobilizados na produção e na comercialização da borracha. Como resultado da ascensão econômica no final do século XIX, há forte mudança na vida social da capital paraense, local que passa por um processo de urbanização inspirado em modelos europeus. Esse período, chamado *Belle Époque* paraense, foi intensificado durante o governo do Intendente Antônio Lemos (1898-1912)³. Tendo Paris como principal referência, a perspectiva civilizatória burguesa imperava sobre o desenvolvimento arquitetônico da cidade, sobre os modos de vida e sobre as relações de sociabilidades. Uma vez que a economia da borracha estava fortemente ligada à possibilidade de modernização, os processos de ascensão e de declínio da urbanização amazônica seguiram a temporalidade do extrativismo gomífero (WEINSTEIN, 1993).

No entanto, as contradições desse período revelam-se na comparação entre o processo de modernização da cidade de Belém, baseado em uma visão sanitária (COELHO, 2016), e

³ Eleito pela primeira vez intendente em 1897, Antônio Lemos administrou a cidade de Belém de 1898 a 1912 a partir de uma perspectiva civilizatória e, sob a forma de leis urbanísticas, promoveu a regulação de hábitos sociais da população belemense. Lemos realizou uma gestão sanitária com bases higienistas durante a modernização da capital paraense, buscando associá-la ao modelo parisiense de sociedade. São marcos de infraestrutura urbanística desse período a construção do Teatro da Paz, o calçamento de ruas, a criação de novas vias e de uma linha de bonde, entre outros.

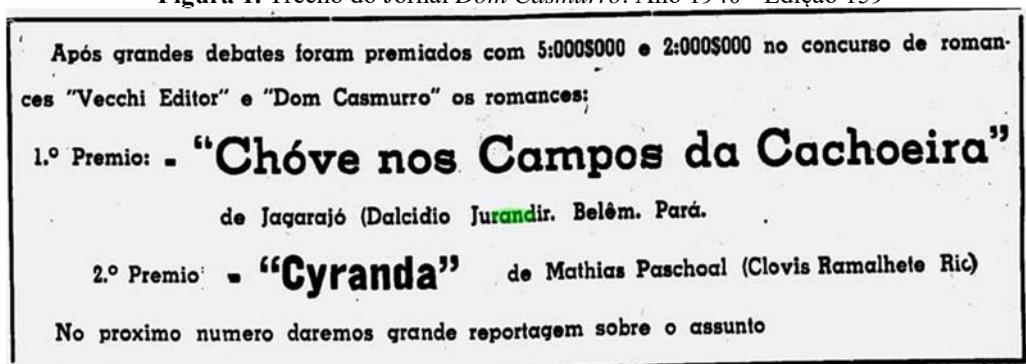
as - muitas vezes precárias - condições de vida nas áreas rurais do estado do Pará, dentre as quais se destaca a Ilha do Marajó. Dalcídio narra vivências da população amazônica até então pouco representado na literatura brasileira canônica, em suas palavras, “esse pessoal miúdo que tento representar nos meus romances chamo de aristocracia de pé no chão”⁴.

Para Farias (2009, p. 69), “Ao criar um espaço e personagens em uma localidade, Dalcídio procura aproximar-se da realidade objetiva dos indivíduos ali representados. Seu ofício, amargamente realizado, passou a significar a possibilidade de ‘eco’ da voz de um povo sempre esquecido e sofrido”. Para compreender de maneira mais adequada esse universo sociocultural, serão apresentados a seguir alguns dados contextuais de produção e de recepção de *Chove nos Campos de Cachoeira* na primeira metade do século XX.

Campos dalcidianos: produção e recepção da obra

A escrita de *Chove nos Campos de Cachoeira* foi iniciada em 1929, enquanto Dalcídio atuou em cargos públicos no interior do Pará⁵. O texto foi revisitado algumas vezes, ganhando sua versão final com objetivo de concorrer ao concurso do Prêmio Vecchi-Dom Casmurro, no qual obteve primeiro lugar. Agraciado com a premiação que possibilitou a publicação de seu primeiro romance, Dalcídio mudou-se para o Rio de Janeiro, onde desenvolveu sua carreira como escritor e jornalista. A seguir, apresentamos um recorte da edição 159 de 1940 do Jornal Literário *Dom Casmurro*, contendo o anúncio do resultado do concurso Vecchi-Dom Casmurro:

Figura 1. Trecho do Jornal *Dom Casmurro*. Ano 1940 - Edição 159



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

⁴ Folha do Norte, 23 de outubro de 1960.

⁵ Para maiores informações a respeito da atuação intelectual de Dalcídio durante o processo de escrita de “Chove nos Campos de Cachoeira”, conferir Fernando Jorge dos Santos Farias. **Dalcídio Jurandir e a educação:** de letrado provinciano a intelectual nacional. 2018. 175f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Coordenado por Brício de Abreu, em parceria com a Editora Vecchi, o concurso foi idealizado por Jorge Amado. Em reportagem publicada na edição seguinte do jornal (edição 160 de 1940), Brício de Abreu (1940, p.1) assim retrata Dalcídio: “e depois de tanto trabalho, chegamos ao fim, premiando um rapaz desconhecido completamente, que vive em Belém, do Pará, que nunca veiu ao Rio e que, segundo me dizem é muito jovem e índio-marajoara, natural da Ilha do Marajó, Dalcidio Jurandir”⁶ e ainda “Agora, do nosso Concurso de Romance, aparece outro novo, cheio de talento, mocidade e ambição, Dalcidio Jurandir, que inegavelmente será um grande escritor de amanhã” (ABREU, 1940, p.11). Participaram desse intenso trabalho de seleção intelectuais como Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Alvaro Moreyra, e Eugenia Alvaro Moreyra, o que comprova a importância do prêmio para o incentivo ao desenvolvimento da literatura brasileira.

Chove nos Campos de Cachoeira traz dois personagens como protagonistas: Alfredo, que será o fio condutor do Ciclo do Extremo Norte⁷, e seu irmão temporão Eutanázio⁸. Nesse romance inaugural da vasta produção de Dalcídio, é apresentada parte da infância de Alfredo na Ilha do Marajó, assim como seus sonhos e suas pretensões de uma educação fora desse espaço. Consciente das fragilidades do ensino formal na ilha, Alfredo sonha em sair de Cachoeira para estudar no Rio de Janeiro, ou mesmo na capital do estado: Belém. Os desejos do menino evidenciam a distância entre a perspectiva de educação pregada por um novo modelo de educação nacional republicano, aplicado principalmente em centros urbanos de referência no país, como o Rio de Janeiro, e resquícios de uma educação opressora e traumática, baseada em castigos físicos e práticas pedagógicas baseadas na repetição (FARIAS, 2009).

Alfredo tem por volta de onze anos. O menino se embala entre a melancolia que sente com a vida cachoeirense e seus desejos por viagens que o libertem. O caroço de tucumã surge desde o início do romance como símbolo de sua imaginação e de suas fantasias. Atravessado por relações de poder, o menino reage na fricção entre a internalização - e consequente reprodução - e o questionamento a discursos sociais estabelecidos, como veremos a seguir.

⁶ Optamos por transcrever os trechos do periódico mantendo a ortografia original.

⁷ Alfredo será protagonista de todos os romances do Ciclo, exceto Marajó, de cuja narrativa ele não participa.

⁸ Neste trabalho, focaremos no personagem Alfredo, uma vez que Eutanázio, com o qual divide o protagonismo da obra, é representado já adulto.

Marajó e as representações de suas múltiplas infâncias

Nesta seção, serão apresentados alguns trechos selecionados de *Chove nos Campos de Cachoeira* para a análise de representações de infâncias marajoaras. Para isso, foram elencados excertos que evidenciam registros de *personagens-crianças* na condição de *sujeitos* em diferentes instituições, como família, escola, trabalho, redes de sociabilidade e de filantropia. A criança é entendida, neste trabalho, como “totalmente inserida na história, parte da cultura e produtora de cultura” (KRAMER, 2009, p. 169), para que se possa entender a complexidade de variadas representações de infâncias em suas redes de relações. Assim, foram abordadas questões interseccionais, envolvendo classe, gênero e raça, associadas à construção identitária do sujeito inserido em relações de poder. Na fricção entre essas variantes, encontra-se Alfredo, protagonista do romance e da maior parte dos excertos destacados.

Quanto ao branco e preto, Alfredo achava esquisito que seu pai fosse branco e sua mãe fosse preta. Envergonhava-se por ter de achar esquisito. *Mas podia a vila toda caçoar deles dois se saíssem juntos. Causava-lhe vergonha, vexames, não sabia que mistura de sentimentos e faz de conta.* [...] Eram pretas as mãos que sararam as feridas, pretos os seios, e aquele sinal pretinho que sua mãe tinha no pescoço lhe dava um vagaroso desejo de acariciá-lo, beijando-lhe também os cabelos, se esquecer do caroço, do colégio, das feridas, da febre, dos campos queimados avançando para a vila dentro da noite no galope do vento. Ficar assim como se pela primeira vez, de repente, compreendesse que tinha mãe, a primeira e real sensação que era filho, de que brotara, de súbito, daquela carne escura (JURANDIR, 2019, p. 28, grifos nossos)

Alfredo é filho de pai branco, Major Alberto Coimbra, representante da aristocracia local decadente; e mãe negra, Dona Amélia, descendente da população escravizada na região. A experiência da infância do protagonista Alfredo é marcada por questionamentos referentes à diversidade étnica e às relações de poder construídas socialmente a partir de processos de subalternização. O personagem se divide entre o afeto familiar e os preconceitos sociais aprendidos durante a socialização com pessoas externas à família. A identidade do personagem é definida, no entanto, para além de sua ascendência, sendo permeada por sua condição de classe abastada em comparação a diversas outras crianças com quem convivia, o que pode ser percebido no trecho a seguir:

Não, não gostava dos *moleques sujos* que matavam os passarinhos a

baladeira. *Um moleque não tinha talvez o valor dum passarinho.* Ainda ontem viu Henrique balar um passarinho que caiu na calçada da casa do Coronel Bernardo. Henrique riu, e apanhou o pobre morto e disse:

- Vou te comê de espeto.
- Se come então um passarinho desse?
- Se come. E no espeto. Não sabe o que é bom. Pra que tenho mea baladêra. Tu não gosta?
- Eu não.
- O que tu perde. És um branco...
- Tua boca é doce pra dizer isso... que sou um branco. Tu não vês minha cor? - Alfredo não queria ser moreno mas se ofendia quando o chamavam de branco. Achava uma caçoada de moleque.
- Mas tu não é?
- Tu és moleque...
- Que tem com isso? Sei balá um passarinho. Tu não bala. Vamo um dia no campo, tu amarra uma liga velha ou então me dá um cruzado. Tira do teu pai. Tira escondido. Não te incomoda que tu não come o passarinho que tu bala. Eu como.

Alfredo não disse mais nada. Se pudesse dava logo um tabefe naquela cara amarela e empambada de Henrique. Henrique era amarelo, empambado, mas brigador. Alfredo via-se impotente naquele momento para cuspir como queria na cara de Henrique. No entanto, Henrique não estava caçoando. Para ele era tão natural que Alfredo parecesse branco. Não mora num chalé de madeira, assoalhado e alto? Era filho do Major Alberto, tinha sapatos. Alfredo não comia passarinho balado. Quantas vezes Henrique não matou a fome com um passarinho de espeto? (JURANDIR, 2019, p.28).

Como é possível perceber nesse trecho, a posição socioeconômica de Alfredo o coloca na condição de “branco”. Assim, raça e classe se misturam na construção identitária marcada por diferenças entre infâncias que compartilham o mesmo espaço, mas com oportunidades distintas. Henrique é referido como “moleque”, enquanto Alfredo é “menino”⁹. Henrique bala passarinho para comer, enquanto se pressupõe que Alfredo é um menino que não passa necessidades alimentares. Além da diferença de possibilidade de alimentação, a moradia e a vestimenta das duas crianças são colocadas em comparação: Henrique é uma criança ribeirinha, enquanto Alfredo mora em um chalé de madeira, assoalhado e alto; Alfredo usa sapatos, Henrique não.

O uso do discurso indireto livre marca as impressões de cada uma das crianças sobre a discussão que vivenciaram, evidenciando complexas relações de poder. Alfredo comprehende a superioridade da força física do companheiro de brincadeiras, mas sente despeito pelo colega, ressentindo-se do título a si mesmo atribuído e chega a ter vontade de cuspir em Henrique.

⁹ A respeito da atribuição do termo “moleque” às crianças desvalidas do romance, consultar trabalho de Veloso e Furtado (2019). Na pesquisa, as autoras destacam a relevância que as infâncias desvalidas, representadas por personagens mirins, frequentemente referenciados como “moleques”, assumem na estrutura narrativa do romance dacídiano.

Esse desejo sugere uma sensação de desprezo de Alfredo por Henrique que, por sua vez, percebe os privilégios de Alfredo e os compara às suas restrições.

Diverso à hostilidade de Alfredo é o sentimento de sua mãe, D. Amélia, frente aos meninos pobres. A personagem manifesta carinho e cuidado com as crianças desvalidas, sendo, inclusive, uma referência de filantropia para elas. No trecho abaixo, é possível perceber que Alfredo se alinha ao discurso do pai, sentindo-se superior aos outros meninos, pois os vê como bichos. No excerto, verifica-se, ainda, a representação das escassas condições de vida de crianças no Marajó na primeira metade do século XX:

D. Amélia não tinha jeito de estar negando e a pobreza de junto do chalé comia nem que fosse para tapar um buraco de dente. D. Amélia tinha uma especialidade consigo: sabia curar bem uma garganta. Metia o dedo enrolado de algodão, ensopado de mel e limão assado na goela dos meninos e acabava a inchação e a dor. Tinha um dedo benzido. D. Amélia atendia os moleques pelas barracas próximas que pitiam a peixe e a poeira, onde os quartinhos lançavam um bafo crônico de febre. Eram amarelinhos, barrigudos, pedichões. D. Amélia dava purgantes, sobras de pano, conselhos, carões e comidas. Mas não podia acabar com a pobreza. Major dizia: Te convence duma verdade. Quanto mais tu deres mais querem. Te convence disso. Gente mais incorrigível do que essa nunca vi. - Os pequenos sabiam comer traíra inteira com espinha saindo pelos cantos da boca. Pirongós de farinha, cuiadas de chibé, terra, sabão, tabaco. Comiam a se fartar, quando havia, com uma fome crônica, tendo ataques de vermes, cabeludos e viciados. Alfredo não gostava desses moleques. Brincava pouco com eles. Tinha um ar de menino branco. Dava sobras para os moleques, com desdém, negava coisas, via que eles eram como bichos (JURANDIR, 2019, p. 116-117).

A criança pobre é apresentada outras vezes no texto. No trecho a seguir, há o exemplo da representação de uma criança trabalhadora, subalternizada e humilhada por adultos que deveriam dela cuidar:

- Mas, ó *verme*, onde estavas?

Eutanázio ergue dificilmente o busto. O *moleque* estendia a cerveja ao Juiz. Dr. Campos põe primeiro as mãos nos quadris para contemplar e investir contra o *moleque*:

- Hein? Põe aí a cerveja. Não estás vendendo a mesa? Não tem mais olhos, seu *vagabundinho*? Sempre na safadeza, *peraltíssimo*! Arrumo-te um livro... Não se retire, não se retire, antes que eu lhe diga tudo o que tenho de dizer. Já não disse isto? Sempre quando falo tem de ouvir. Como é que só porque mandei por a cerveja na mesa já vai se escapulindo? Onde estava? hein? Que fazia, que demorou tanto? Salu, nada! Salu, Salu é a sua vagabundagem, é a sua vadiação. *Patife!* Arrumo-te um livro daqui... Não me olhes, hein? - E para espantar o *moleque* atira aos pés o primeiro volume do Código Civil comentado (JURANDIR, 2019, p. 196, grifos nossos).

Novamente referido como “moleque”, a criança trabalhadora apresentada nesse trecho é ridicularizada e evocada por termos pejorativos pelo juiz em exercício na vila. O ato de ler é evidenciado como elemento de poder que colocaria o juiz em um lugar de superioridade em relação à criança. A contraposição entre a “vagabundagem” e a “leitura” é enfocada no discurso do juiz, que ironicamente pede bebida alcóolica durante seu momento de trabalho e atira um livro para expulsar o menino do recinto. O uso de termos como “vagabundinho”, “safadeza”, “vagabundagem” e “vadiação” se contrapõe ao âmbito dos estudos, em termos como “livro” - utilizado duas vezes -, “volume” e “Código Civil comentado”¹⁰; assim como a imagem do juiz é atravessada pela escolarização, pelo abuso de poder e pela transgressão à sua função social. Assim, a escolaridade do juiz, em contraposição à precariedade de escolarização da criança ribeirinha, é sugerida no romance como elemento de poder capaz paradoxalmente de subalternizar sujeitos. Segundo Veloso e Furtado (2019, p. 35), "o Código Civil de nada serve para diminuir as desigualdades ou amparar as crianças como esse moleque, serve apenas para ser instrumento de violência contra ele".

A educação formal é colocada em evidência inúmeras vezes ao longo do romance. As condições das escolas do Marajó desanimam Alfredo, que deseja se mudar para a capital paraense ou para o Rio de Janeiro em busca de maior qualidade de estudos. O menino frequentemente considera os aprendizados da natureza superiores às lições aprendidas na escola, como podemos observar no excerto a seguir:

Que desânimo para Alfredo aquela escola do Proença. O seu *Anglo-Brasileiro* ia se desfazendo aos poucos, ou pelo menos, se esfumando. Já queria ficar ao menos em Belém, nalgum *grupo escolar*. Mas a *escola do Pai Proença* com a Flor, D. Rosa, o recreio à tarde, o Baltô sempre apanhando séries e séries de dúzias de bolos, Euzébia jogando a cantiga para D. Rosa, a quantidade de chamadas - Flor? Vem cá, Flor... E Flor vindo, com seu andar tímido, a pureza dos olhos azuis, das mãos alvas, da boca e daqueles cabelos que deixavam um perfume e uma vaga claridade entre os alunos maliciosos e oprimidos. Tudo aquilo era justamente o anti-*Anglo-Brasileiro*. Tudo fazia para que Alfredo se encharcasse de sonho, de imaginações. (...) Alfredo tinha era camaradagem pelos cajueiros. Eles ensinavam mais que o seu Proença. Eram os cajus e a água fria na cuida da casa de siá Águeda (JURANDIR, 2019, p. 176, grifos nossos).

Três espaços são indicados no fragmento: Marajó, Belém e Rio de Janeiro. Entre a escola do Marajó e a escola do Rio de Janeiro, uma relação de oposição é estabelecida: a

¹⁰ Revogado pela Lei nº 10.406, de 2002, o Código Civil em questão provavelmente se refere à Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, que tinha como objetivo regular os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, aos bens e às suas relações.

escola do Pai Proença é entendida por Alfredo como um “Anti-Anglo-Brasileiro”; assim, ela não apenas é precária, mas a educação ali ministrada parece ser contrária às expectativas do menino em relação ao adequado processo de escolarização, representado pelo “Anglo-Brasileiro”. Em um *continuum* de desejo, Belém estaria em um lugar inferior à vontade de estudar no Rio de Janeiro, mas a falta de oportunidades do menino o leva a querer “ao menos” estudar em um grupo escolar qualquer na capital paraense¹¹. Criança abastada para a perspectiva de sua rede de sociabilidades, Alfredo não deixa de ser morador de um espaço em que os recursos pedagógicos são precários e deficitários, o que revela a marginalização de diferentes infâncias marajoaras em relação aos grandes centros urbanos na primeira metade do século XX.

Farias (2009), em seu estudo a respeito das representações de educação na obra dalcidiana, realiza o cruzamento entre as fontes literárias e outras fontes documentais. Apresenta, assim, algumas características da educação cachoeirense, analisando principalmente o início da década de 20. Ressalta o intercâmbio entre o viés patriótico e uma perspectiva positivista associada à construção de um suposto progresso nacional, que convive com a herança de práticas pedagógicas comuns no Império regadas a castigos físicos, à vigilância e ao controle dos estudantes. Segundo Farias (2009, p. 83), “em sua maior parte, há no Brasil, no início de século XX, ‘Proenças’ a impor aos alunos os preceitos de ‘decobreba’ e a aplicar punições, pautado, notoriamente, em um ensino capaz de deixar traumáticas experiências de escolarização”¹².

Na ausência de possibilidades, Alfredo encontra na natureza professores mais capazes de fazê-lo aprender. A natureza é um elemento central na construção do romance, sendo utilizada na elaboração de inúmeras metáforas e imagens poéticas. É o caso da marcação de mudança de fase da vida, por exemplo. No trecho abaixo, o desenvolvimento da sexualidade e o despertar do desejo são indicativos da passagem da infância para a vida adulta. Alfredo sente interesse por Adma, que não retribui seus desejos, mas é obrigada a permanecer perto do garoto. Nessa cena, Alfredo acidentalmente mata uma cobra. Ao matar um animal peçonhento e ameaçador, ele revela sua virilidade, sendo aceito socialmente como “homem”:

¹¹ Segundo Mário Allan da Silva Lopes, o decreto de nº 625, de 02 de janeiro de 1899, iniciou o processo de implantação dos grupos escolares no estado do Pará, sob administração do governador Dr. José Paes de Carvalho. Mário Allan da Silva Lopes. *In: Vitrine da República: a educação de crianças no 5º grupo escolar “Barão do Rio Branco” em Belém-PA (1900-1912)*. 2018. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.

¹² Farias (2009) indica que Cachoeira do Arari tem o seu primeiro grupo escolar apenas após 1932.

Uma tarde descobriram as simpatias de Alfredo. Nhá Lucíola fez ele sentar junto de Adma na frente da casa. Adma, com a cara franzina, queria levantar-se mas Didico, que era seu padrinho, gritou:

- Deixa de tolice, menina. Fica quieta aí!

E Adma mais pálida ficou, com o negror de seus olhos mais fixos e as mãos estendidas sobre as coxas mordendo os beiços para não chorar. Não gostava dele. Este na cadeira ficou sério, comovido, junto de Adma, a triste. Depois, quando Alfredo correndo pisou e matou uma pequena cobra na sapata da casa do Coronel Bernardo, Lucíola exclamou com carinho e um pouco de desalento: Ah! Agora sim já é homem. Matou uma cobra (JURANDIR, 2019, p. 136).

Nesse e em outros trechos da obra, a infância feminina é apresentada como subalterna aos desejos, mandos e desmandos de sujeitos masculinos (crianças ou adultos). O engendramento da expectativa de comportamentos pode ser percebido no discurso direto do padrinho de Adma, uma vez que se espera que a personagem “fique quieta”, sendo “tolice” não obedecer à vontade de Alfredo, mesmo que isso viole seu próprio desejo. Assim, Adma é silenciada, e tem vontade de chorar. Não podendo expressar seus sentimentos, a menina se machuca, mordendo os beiços.

O entrecruzamento entre diferentes infâncias se faz ao longo do romance dalcidiano. No entanto, a centralidade de Alfredo enquanto protagonista faz com que, muitas vezes, esse personagem se torne uma referência de comparação para as diversas vivências expressas na obra.

Considerações finais

Pode-se dizer que encontramos, no romance de Dalcídio, um protagonista-criança que, em um espaço distanciado dos grandes centros urbanos na primeira metade do século XX, constrói-se identitariamente na relação com adultos e com outros diferentes sujeitos-crianças (meninos pobres, chamados moleques, alguns deles trabalhadores; meninas muitas vezes subjugadas ao masculino; colegas de escola desmotivados). Assim, há, no romance, variadas representações de infâncias em diálogo. Kuhlmann Jr e Fernandes (2004) indicam a necessidade de se observar as infâncias em sua pluralidade, superando o uso do termo no singular, que levaria à expressão de um “ideal” de características associadas às crianças.

Reverberações de perspectivas (ou falta de perspectivas) de vida dos personagens retratados nos romances são apresentadas muitas vezes pelo discurso indireto livre, recurso bastante utilizado pelo autor. Com essa estratégia discursiva, conhecemos intimamente a visão de Alfredo a respeito das situações que vivencia. Alfredo é, ao mesmo tempo, vítima e algoz.

Menino mestiço, é percebido como branco por crianças negras de Cachoeira, em uma sociedade imersa no racismo estrutural¹³. Possui privilégios de classe, como alimentação, vestimenta e moradia adequadas, em comparação aos “moleques”, apesar de suas precárias condições de estudo. Nas primeiras tentativas de conquista amorosa, seu desejo não é questionado, e é colocado acima da necessidade de consentimento das meninas/crianças envolvidas. Alfredo, no entanto, é menino marajoara e vivencia o desamparo do sujeito do interior da Amazônia. Apesar de sonhar, tem efetivamente um reduzido leque de escolhas e possibilidades. Como afirma Pantoja (2019), sua liberdade está condicionada a uma promessa sem garantias.

Dalcídio consegue, em seu romance inaugural, denunciar as mazelas vivenciadas por crianças marajoaras no início do século XX, esquecidas pela sociedade brasileira modernizada dos grandes centros urbanos. A ausência de direitos e de cuidados é colocada em evidência em seu texto. Na obra, o autor revela a tessitura de uma colcha de retalhos que conforma as relações sociais entre sujeitos de diferentes faixas etárias, classes, gêneros e etnias colocados em diálogo em um espaço em que a natureza se impõe enquanto verdadeira professora. No entanto, os personagens-criança representados carregam em si, mesmo em situações de silenciamento e subjugação, a força da resistência, que pode ser evidenciada pela expressão de seus desejos e de seus questionamentos no uso do discurso indireto livre.

No caso da literatura, estamos, mais que diante de um texto que se pretende formador de gestos, comportamentos e condutas, diante de uma escritura construtora do encantamento do mundo, cujas marcas de leitura fizeram-se presentes na própria construção da subjetividade do leitor/historiador. Voltar a tais textos, para além do trabalho historiográfico, é revisitar tal encantamento (GOUVÉA; FARIA FILHO; ZICA, 2007, p. 63).

Há quem leia Dalcídio pelo viés da melancolia, mas o lirismo encantado de suas palavras carrega a força do sonho de mudança. Neste artigo, buscamos não só contribuir para pesquisas em História da Educação, mas também divulgar a obra desse importante autor brasileiro.

¹³ Para Djamila Ribeiro, é fundamental abordar o racismo a partir de uma perspectiva histórica que leve em consideração a relação entre escravidão e racismo para que se possa mapear suas consequências. Para a autora, “deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas”. In: **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 9.

Referências

ABREU, Brício de. O fim do nosso concurso de romance. **Dom Casmurro**. Rio de Janeiro, 3 ago 1940, edição 160, p. 1-11.

COELHO, Geraldo Mârtires. Belém e a *belle époque* da borracha. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 5, p. 32-56, set./dez. 2016.

DOM CASMURRO. Rio de Janeiro, 27 jul. 1940, edição 159, p. 1.

FARIAS, Fernando Jorge dos Santos. **Representação de educação na Amazônia e Dalcídio Jurandir**: (des)caminhos do personagem Alfredo em busca da educação escolar. 2009. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Problematizando fontes em história da educação. **Educação e Realidade**. v. 21, n. 2, p. 99-118, 1996.

GOUVÉA, Maria Cristina Soares de; FILHO, Luciano Mendes de Faria; ZICA, Matheus da Cruz e. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades, limites e algumas explorações. In: OLIVEIRA, M. A. T. (org.). **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 41-67.

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos Campos de Cachoeira**. 8. ed. Bragança: Pará.grafo Editora, 2019.

KRAMER, Sônia. Crianças e adultos em diferentes contextos: desafios de um percurso de pesquisa sobre infância, cultura e formação. In: SARMENTO, M.; GOUVÉA, M. C. S. (org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p.163-189.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. (org.) **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações [Portugal e Brasil]. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.15-33.

PANTOJA, Edilson. Por que Chove nos Campos de Cachoeira sobrevive ao tempo? In: JURANDIR, D. **Chove nos Campos de Cachoeira**. 8. ed. Bragança: Pará.grafo Editora, 2019, p. 9-19.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

VELOSO, Ivone dos Santos; FURTADO, Marlí Tereza. Meninos e moleques: faces da infância em Chove nos Campos de Cachoeira. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 32, p. 33-39, jan.-jun., 2019.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850- 1920). São Paulo: Hucitec-Edusp, 1993.

Sobre a autora

Lorenná Bolsanello de Carvalho: Doutoranda em Educação pela UERJ. Bolsista CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação (GRUPEEL). Professora de Língua Portuguesa e Literatura do Colégio de Aplicação da UFRJ. Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG. Graduada em Licenciatura em Letras pela UEPA.

E-mail: lorenabolsanello@gmail.com

Recebido em: 26 jul. 2023

Aprovado em: 12 out. 2023